

O mercado de planos odontológicos possui margens de rentabilidade apertadas. Às vezes, alguns centavos são o suficiente para inviabilizar um projeto de implementação nas empresas ou levar à vitória numa disputa licitatória. A carga tributária se torna relevante neste aspecto. Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, encomendado pelo Sistema Abramge/Sinamge/Sinog, mostra que a carga tributária total – que envolve todos os tributos diretos e indiretos – que incide sobre as empresas de odontologia de grupo, foi equivalente a 19,4% das receitas em 2013, a maior dos últimos quatro anos.

Os tributos federais pagos pelas empresas de odontologia de grupo, por exemplo, cresceram 76% nos últimos cinco anos, passando de R\$ 101 milhões para R\$ 178 milhões. Já a tributação indireta – impostos e taxas que incidem sobre o valor das consultas, materiais odontológicos, aquisição de serviço de próteses, exames – atingiu quase 100% de aumento entre 2009 e 2013, passando de R\$ 81,4 milhões para 162,6 milhões.

“Como esse trabalho avalia a tributação incidente sobre o setor, sua estrutura, alcance bem como compara com outras atividades econômicas, acho que fica claro para sociedade que os impostos e taxas são em parte responsáveis pela alta dos custos dos planos de saúde”, afirma o Dr. Geraldo Lima, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog).

Já a carga tributária incidente sobre os produtos nacionais da área de planos de saúde odontológicos registraram, em média, 14,6% de aumento. Já nos importados, a carga foi ainda maior, alcançando quase 27%, em média. Entre os produtos avaliados estão 11 medicamentos e insumos de uso comum, como luvas, algodão, resinas, anestésicos, agulha gengival, cimento endodôntico e broca diamantada, por exemplo.

Além disso, outro fator que tem impacto sobre o segmento é a alta do dólar, reflexo principalmente da conjuntura política e econômica nacional e também pelo cenário internacional. No mês, a moeda norte-americana acumula elevação de 13,13% e de 21,53% no ano. E como muitos dos produtos utilizados pelo segmento são comprados em dólar, os custos de operação também aumentaram.

Dentro deste contexto, fica difícil imaginar como é possível atender aos apelos de empresas e organizações que visam somente à redução do valor do plano odontológico, sem ter a preocupação com a qualidade de materiais e serviços oferecidos ao beneficiário.

“Com o aumento da inflação, dos tributos e principalmente a elevação do custo dos materiais mais utilizados pelo nosso segmento, fica difícil manter o preço dos planos odontológicos inalterados. Nenhuma operadora hoje possui condições de oferecer valores per capita na ordem de R\$ 1,00 porque simplesmente a conta não vai fechar”, acredita Claudio Aboud, diretor de Finanças e Administração do INPAO Dental, uma das maiores operadoras de capital fechado do país.

Vale lembrar que, recentemente, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, atingiu 1,22% em fevereiro. Em 12 meses, a alta já chega a 7,7%, a mais elevada desde maio de 2005, quando atingiu 8,05%.

**Fonte:** [Segs](#), em 24.03.2015.